



PROJETO BÁSICO

Protocolo nº: 01-154.156/2021
Setor Requisitante: Gerência Financeira Administrativa e de Pessoal
Fiscal de Contrato: Adriane Orchel **Ramal/E-mail:** 8830 aorchel@curitiba.pr.gov.br
Valor Máximo: R\$ 1.425.600,00 (um milhão quatrocentos e vinte e cinco mil e seiscentos reais)

Objeto:

1. Contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento dos benefícios auxílio-alimentação e auxílio-refeição, através de cartão eletrônico equipado com microprocessador com chip eletrônico de segurança, com a finalidade de atender os funcionários da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S.A., mediante as condições estabelecidas neste EDITAL e seus anexos, bem como outras especificações contidas no formulário proposta eletrônica e anexos, partes integrante deste Edital, à disposição no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de

Justificativa da Contratação:

1. A presente contratação se faz necessária para atender os interesses da CURITIBA S.A. Os valores acima citados terão variação a critério da CURITIBA S.A, conforme estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho firmado com o sindicato que representa os colaboradores da Companhia, o SINDIURBANO, e em observância à legislação do trabalho, e serão corrigidos na época em que proceder a correção dos salários de acordo com a data base da categoria, aplicando-lhes os mesmos critérios devendo a empresa contratada ser informada desse valor quando da entrega da previsão de créditos a serem utilizadas no mês subsequente.
2. A CURITIBA S.A, seguindo disposição do Acordo Coletivo de Trabalho firmado com o sindicato que representa os colaboradores desta Companhia, o SINDIURBANO, e em observância à legislação do trabalho, fornece mensalmente créditos para alimentação/refeição aos seus funcionários. Esse auxílio prestado possui característica exclusivamente alimentar, sendo imprescindível a sua manutenção. Como forma de viabilizar os referidos créditos alimentares aos mesmos, que não seja em pecúnia, a CURITIBA S.A necessita contratar empresa que forneça cartões magnéticos (com chip de segurança), nas modalidades alimentação e refeição, sendo essa a pretensão justificável e a qual consta nos Estudos Técnicos Preliminares elaborado pela Equipe do Planejamento da contratação objeto deste Edital.

Especificação/detalhamento dos bens e/ou serviços:

5.1 Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1 O Vale-alimentação e/ou Vale-refeição deverá ser fornecido através de cartões eletrônicos, com chip de segurança, com sistema de controle de saldo e senha numérica pessoal e intransferível para validação das transações eletrônicas, através de sua digitação em equipamento débito pelo usuário no ato da compra nos estabelecimentos credenciados.

5.1.2 O benefício será disponibilizado nas seguintes modalidades: Vale-refeição: em meio eletrônico, cartão magnético ou de similar tecnologia, equipado com chip de segurança para aquisição de refeições em estabelecimentos comerciais credenciados (restaurantes, lanchonetes, padarias e outros similares); e Vale-alimentação: em meio eletrônico, cartão magnético ou de similar tecnologia, equipado com chip de segurança, para aquisição de gêneros alimentícios de primeira necessidade, in natura, em estabelecimentos comerciais credenciados (hipermercados, supermercados, armazém, mercearia,



PROJETO BÁSICO

açougue, peixaria, comércio de laticínios e/ou frios e outros similares);

5.1.3 Cada beneficiário poderá optar por receber apenas uma das duas modalidades (Alimentação ou Refeição) ou ainda receber o valor total do crédito dividido nas duas modalidades, sendo metade no cartão Alimentação e outra metade no cartão Refeição;

5.1.4 Cartões magnéticos (com chip de segurança) nas modalidades alimentação e/ou refeição, sendo inicialmente estimados (quantidade) em 27 (vinte e sete) cartões entre alimentação e/ou refeição;

5.1.5 No contrato mantido atualmente contamos com cerca de 07 (sete) empregados que utilizam somente o cartão Alimentação, 20 (vinte) empregados que utilizam somente o cartão Refeição.

5.1.6 Atualmente os créditos alimentares (alimentação e/ou refeição) repassados a cada funcionário da CURITIBA S.A. é de R\$ 880,00 (OITOCENTOS E OITENTA REAIS), valores esses que são relacionados a quantidade de dias úteis no mês.

5.1.7 O valor mensal é variável, pois decorre do número de funcionários contratados e dos dias úteis no mês, portanto, não é assegurado à Contratada, valor mínimo mensal;

5.1.8 Os cartões deverão contemplar o nome do órgão contratante (CURITIBA S.A), do beneficiário e os demais dados de segurança necessários;

5.1.9 Os cartões eletrônicos de alimentação e refeição deverão ser entregues no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data de assinatura do contrato, na Sede da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S.A. em embalagem lacrada e sem ônus para a Companhia.

5.1.10 Cartões adicionais (segunda via) por motivo de roubo, extravio ou danificados serão entregues no mesmo prazo.

5.1.11 Para reemissão dos cartões magnéticos, por motivo de perda e ou inutilização, por culpa dos usuários (funcionários da Contratante), não haverá custo adicional por cartão magnético (com chip) reemitido, observando-se o prazo de entrega do novo, conforme o item 5.1.10 acima.

5.1.12 Após emissão do pedido pela COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S.A., o crédito deverá estar disponível em até 05 (cinco) dias úteis de acordo com os valores informados pela Contratante.

5.1.13 Os créditos deverão estar disponíveis nos cartões dos usuários na data informada pelo CURITIBA S.A., por ocasião dos pedidos mensais, geralmente até o dia 24 (vinte e quatro) de cada mês ou do dia útil anterior.

5.1.14 Caberá a contratada disponibilizar os créditos, referente aos cartões alimentação e refeição por sistema eletrônico diretamente no cartão, sem que os funcionários da contratante precisem se dirigir a postos de recarga.

5.1.15 Os cartões magnéticos (com chip) deverão ter validade mínima de 12 (doze) meses, contados de sua emissão, assim como, deverão ser protegidos por senha pessoal, e podendo ser renovado a pedido da CONTRATANTE, em conformidade com a vigência contratual.

5.1.16 Os créditos disponibilizados nos cartões serão cumulativos com validade para utilização até o término do contrato, com uso prorrogável até 60 (sessenta) dias após;

5.1.17 A Contratada se responsabilizará por quaisquer danos decorrentes de clonagem ou outro meio que inviabilize a utilização correta dos cartões, devendo repor os créditos existentes quando da



PROJETO BÁSICO

informação e constatação do uso indevido, devendo a Contratada dispor de meios tecnológicos de segurança tornando a utilização segura ao usuário.

5.1.18 A CONTRATADA "deverá" possuir e disponibilizar as funcionalidades do "APLICATIVO MOBILE - SMARTPHONE" no mínimo para os Sistemas Android e IOS (todas as versões) ou através de página na internet, a serem disponibilizadas aos usuários do cartão, contendo no mínimo as seguintes funções:

- a) Consulta de saldo, extrato, consumo médio diário e próxima recarga;
- b) Bloqueio de cartões em caso de perda, roubo ou cartão danificado;
- c) Geração de nova senha ou troca de senha;
- d) Consulta à rede credenciada próxima do usuário (atualizada por acionamento de GPS) contendo formas de contato com o estabelecimento;
- e) Consulta à rede credenciada que possui a opção delivery e as plataformas específicas de delivery, tais como IFood, James, 99 Food, Rappi, Uber Eats, entre outras;
- f) Possibilitar o pagamento por aproximação, desde que o estabelecimento disponha de tal tecnologia e limitado aos valores diários aplicáveis.

5.1.19 A CONTRATADA deverá possuir convênio para pagamento em site (página na internet) ou por APPs em no mínimo uma das empresas de aplicativos de entrega de refeições prontas e produtos alimentícios in natura (delivery), tais como: Ifood, James, 99 Food, Rappi ou Uber Eats (refeições) e Pão de Açúcar ou Clube Extra (alimentação)".

5.1.20 Esclareça-se que a exigência acima, visa dentre outras facilidades, oferecer aos usuários o acesso rápido ao cardápio de milhares de estabelecimentos em diversas localidades, garantindo uma opção para quem quer mais praticidade na hora de pedir sua refeição e se encontra impossibilitado de deslocar-se até o local físico do restaurante, situação está ocasionada, muitas vezes, pela dinâmica de trabalho do usuário. Neste mesmo sentido, os aplicativos ou páginas de internet de delivery (refeições ou alimentação) proporcionam redução de aglomerações ocasionadas pelos transeuntes no período do almoço ou nas compras de produtos in natura do mês, auxiliando o controle de avanço de pandemias e que a opção delivery e pagamento virtual em suas plataformas oferecerá ao usuário mais conveniência e conforto, com redução do tempo de espera e rapidez na entrega da refeição e produtos alimentícios, visto que o pagamento poderá ser realizado através do próprio aplicativo de delivery ou página de internet sem a necessidade do emprego do cartão.

5.1.21 A licitante deverá dispor de central de atendimento telefônico para o usuário (tipo 0800), para que os usuários possam comunicar perda, roubo ou extravio dos cartões, com imediata solicitação de 2ª via, com atendimento 24 horas por dia, 7 dias por semana. E central de atendimento pessoal (tipo 0800) com horários de atendimento em dias úteis e em horário comercial, para que os gestores do contrato possam solucionar as demandas decorrentes da administração e gerenciamento do benefício.

5.1.22 Comprovar que possui sistema eletrônico de gerenciamento do benefício via WEB, o qual possibilite autogestão, com as seguintes funcionalidades:

5.1.22.1 Possibilitar à unidade gestora do contrato acesso ao sistema para a gestão dos créditos, concedendo acesso à 01 (hum) ou mais usuários, sendo que os níveis de permissão (consulta/administração) de acesso ao sistema serão definidos pelo Supervisor da unidade gestora;

5.1.22.2 Bloquear cartões e solicitar novas vias;

5.1.22.3 Emissão de extratos por usuário e relatórios gerenciais de pedidos de créditos;

5.1.22.4 Acompanhar o status dos pedidos de créditos efetivados até a disponibilização nos respectivos cartões;



PROJETO BÁSICO

5.1.22.5 Acompanhar o status das entregas dos cartões, bem como a obtenção de comprovantes de entrega de cartões;

5.1.22.6 Possibilitar a disponibilização de créditos emergenciais em até duas horas após a solicitação, quando efetuada dentro do horário comercial.

5.1.23 Não se aplicam às disposições sobre sustentabilidade.

5.2 Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

Forma de Execução:

Execução Indireta.

Prazo de Execução:

15 (quinze) dias.

Cronograma de Execução:

Forma de Pagamento:

9.1 O pagamento referente ao objeto desta licitação, será efetuado por recursos próprios da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S.A., em até 05 (cinco) dias após a emissão da fatura/nota fiscal. Os pagamentos serão realizados por meio de boleto bancário, ficha de compensação, depósito ou débito autorizado em conta corrente.

9.2 As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade da Contratada.

9.3 Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeçam liquidação da despesa, aquela será devolvida à Contratada e o pagamento ficará pendente até que a empresa providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo para o pagamento, após a regularização da situação e/ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CURITIBA S.A.

9.4 Os tributos, contribuições fiscais e parafiscais, bem como quaisquer outras despesas necessárias são de responsabilidade da Contratada, podendo a CURITIBA S.A. exigir, a qualquer tempo, a comprovação de sua regularidade. Para efeito de pagamento mensal, a Contratada deverá apresentar juntamente às notas fiscais/faturas, a seguinte documentação comprobatória, quais sejam, Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Débitos Trabalhistas (CNDT) e Receita Federal do Brasil.

9.5 Nos casos eventuais de atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice de compensação financeira devido pelo Contratante, entre a data prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, terá a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios;

VP = Valor da parcela a ser paga;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

I = índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:



PROJETO BÁSICO

$$I = (TX) I = (6/100) I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

9.6 O Contratante poderá eximir-se do pagamento dos encargos acima referidos, mediante a apresentação prévia de expressa justificativa sobre as razões do atraso de pagamento, obrigando-se o Contratante a manifestar-se, também por escrito, no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação, sob pena de considerar-se aceitação das justificativas apresentadas.

9.7 O Contratante se eximirá de cumprir os itens relativos a compensações financeiras, nos casos em que a Contratada houver concorrido direta ou indiretamente para a ocorrência do atraso.

Principais Obrigações do CONTRATADO:

11.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

11.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao Município ou à terceiros, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.4 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

11.5 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

11.6 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

11.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

11.8 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.



PROJETO BÁSICO

11.9 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

11.10 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.11 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

11.12 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

11.13 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.14 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

11.15 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.16 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.17 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

11.18 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.19 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.20 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

11.21 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

11.22 Assegurar à CONTRATANTE:

11.22.1 O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de



CURITIBA

CURITIBA S.A.
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA

PROJETO BÁSICO

forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

11.22.2 Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

Principais Obrigações do CONTRATANTE:

10.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

10.4 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

10.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber.

10.6 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

10.6.1 exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

10.6.2 direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

10.6.3 considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

10.7 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

10.8 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

10.9 Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

10.10 Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

10.11 Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da



CURITIBA



PROJETO BÁSICO

preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

Forma de contratação pretendida:

() Licitação por: () Concorrência Pública (X) Pregão () Tomada de Preços () Carta Convite
Dispensa de Licitação ()
Inexigibilidade de Licitação ()

Justificativa para a forma de contratação apontada:

Em conformidade com a Lei n.º 10.520/2002 onde a aquisição de bens, cujo padrão de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por edital, por meio de especificações usuais do mercado.

DAVIDSON JOSÉ MOULEPES

Gerencia Financeira/ Administrativa e de
Pessoal

Exportado do Sistema Único de Protocolos - 01-154156/2021 - por Lilian Cardoso - Matrícula 81613 em 24/04/2022 às 15:21:35